

**CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – CTAS**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**ATA DA 54ª REUNIÃO**

**Data:** 24 e 25 de abril de 2007.

**Local:** Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Edifício Sede da CODEVASF, SGAN 601, Lote 01, Brasília/DF

**Início:** 10 h.

**MEMBROS PARTICIPANTES:**

• **Ministério do Meio Ambiente/SRH:** Cláudia Ferreira Lima – claudia.lima@mma.gov.br

• **Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Fernando Roberto de Oliveira – fernando@ana.gov.br

• **Ministério da Saúde:** Ênio Fernandes Amorim – enio.amorim@funasa.gov.br

• **Ministério de Minas e Energia:** Marcelo Medeiros – marcelo@df.cprm.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MG/ES:** Elene Zavoudakis -

ezavoudakis@iema.es.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PE/PB:** Waldir Duarte Costa -

wdcosta@ibest.com.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RN/AL:** Orneles Neves Figueira Filho -

orneles@rn.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – PR/MT:** Everton Luiz da Costa -

veto@suderhsa.pr.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – BA/CE:** Luiz Henrique Guimarães Batista -

batista@srh.ba.gov.br

• **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** Dorothy Casarini -

dorothy@cetebnet.sp.gov.br

• **Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** ausência.

• **Indústrias:** Cesar Augusto P. Grandchamp - cesar.grandchamp@caemi.com.br

• **Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo:** Wilson de

Azevedo Filho – azefilho@hotmail.com

• **Irrigantes:** Wilson Agostinho Bonança – wbonanca@srjundiai.com.br

• **Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Osmar José

Gualdi - comitepardo@serhs.sp.gov.br

• **Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** João Carlos Simanke de Souza –

jsimanke@terra.com.br

• **Organizações Não Governamentais:** Morrow Gaines Campbell III - gaines@vitaecivilis.org.br

**CONVIDADOS:**

• Adriana N. P. Ferreira (MMA-SRH)- adriana.ferreira@mma.gov.br

• Ana Luiza Saboia de Freitas (PETROBRAS)– anasaboia@petrobras.com.br

• André Afonso Ribeiro (MMA-SQA)- andre.ribeiro@mma.gov.br

• Anna Luisa Bellezza (ANGLOGOLD ASHANTI BRASIL)-

albelezza@anglogoldashanti.com.br

• Bruno Diniz de Mello Moreira (IBAMA)- bruno.moreira@ibama.gov.br

• Cleidemar Batista Valério (CONAMA-MMA)- cleidemar.valerio@mma.gov.br

• Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM-MME)- emanuel.queiroz@dnpm.gov.br

• Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso (MMA-ANA)– fabricio.cardoso@ana.gov.br

• Gisela de Aragão Umbuzeiro (ABEMA-CETESB)- giselav@cetesbnet.sp.gov.br

• Ingrid de Carvalho Lage (PETROBRAS)- ingrid.feijb@petrobras.com.br

• João Clímaco Soares de Mendonça (FONASC) - climaco@uai.com.br

• José Antônio Monteiro Ferreira (MCLEOD FERREIRA)- mcleodferreira@uol.com.br

• Laestanislaua Sousa da Silva (MMA-SRH)- laestanislaua.silva@mma.gov.br

• Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA-PR)- laurajmc.ea@gmail.com

• Maricene M.O.M. Paixão (IGAM)- outorga.subt@igam.mg.gov.br

• Nédio Carlos Pinheiro (SEMA-MT)- colrh@sema.mt.gov.br

- 53 • Patrícia F. Silvério (CPEA-SP)- patricia.silverio@consultoriapaulista.com.br
- 54 • Paulo Brubens Ferreira Britto (PETROBRAS)- prbritto@petrobras.com.br
- 55 • Paulo Penalva (CETREL S.A.)- penalva@cetrel.com.br
- 56 • Ronaldo de Luca Ferraz Gonçalves (COPASA)- dvhd@copasa.com.br
- 57 • Rosangela Moreira Gurgel Machado (FEAM)- rosangelaong@feam.br
- 58 • Rubens Marques Luiz (MI)- rubens.luiz@integracao.gov.br
- 59 • Rubens Sundin Pereira (CEDEA)- rubenssundinperira@hotmail.com
- 60 • Sergio H. Ogihara (AESAS)- aesas@aesas.com.br
- 61 • Tácito Cunha Sousa (MI)- tacitocs@yahoo.com.br
- 62 • Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (SRH-BA)- zoltan@srh.ba.gov.br

63 **RELATORIA:**

64 • Daniel Maritinelli Duarte (SRH/MMA) - daniel.duarte@mma.gov.br

65 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

66 Às 10h do dia 24 de abril de 2007, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, Presidente da  
67 Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, deu início à 54ª reunião. Agradeceu a presença de  
68 todos, fez um breve histórico sobre a atuação da Câmara e de seu funcionamento e pediu que todos  
69 se apresentassem. Passou ao *Item 1 – Comunicados da Presidência*. O **Sr. Daniel Martinelli**  
70 **Duarte (MMA-SRH)**, novo relator da CTAS, fez a sua apresentação aos participantes da reunião.  
71 O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** aludiu o envio de ofício (Anexo 1) para o Sr. Julio  
72 Thadeu Silva Kettelhut (MMA-SRH) com o intuito de fazer uma apresentação sobre a situação da  
73 proposta de “Marco Regulatório do Aquífero Guaraní”. Informou o envio de outro ofício (anexo 2)  
74 para o Sr. Julio Thadeu Silva Kettelhut (MMA-SRH), na figura de presidente da Câmara Técnica  
75 de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para analisar a possibilidade de “Revisão do Regimento  
76 Interno” do CNRH, no que diz respeito a forma de eleição dos presidentes das Câmaras Técnicas e  
77 seus mandatos. Disse que não foi enviada resposta devido ao Sr. Júlio se encontrar em férias.  
78 Anunciou o “I Encontro Nacional de Conselhos da Área Ambiental” que será realizado nos dias 5 e  
79 6 de julho do corrente ano e fez a leitura de seu ofício divulgatório. Posteriormente, avisou a  
80 realização de um evento sobre o Aquífero Guaraní ,que ocorrerá em Ribeirão Preto – SP, a pedido  
81 do Secretário João Bosco Senra, o qual convidou a CTAS para realizar uma reunião. O **Sr. João**  
82 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** colocou a participação no evento em votação e alertou que a  
83 presença da CTAS estaria dependente da agilidade da SRH em organizar a convocação, o evento,  
84 além de atentar para o aspecto financeiro. O **Sr. Wilson Agostinho Bonança (irrigantes)** enfatizou  
85 a importância em prestigiar a reunião e sua validade para esclarecer, em linguagem não técnica, o  
86 grande valor do Aquífero Guaraní e, também, a necessidade de mais informações sobre o tema. O  
87 **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** atentou para a proximidade com o cinquentenário do curso  
88 de Geologia no estado de Pernambuco, no dia 30 de maio. O **Sr. Everton Luiz da Costa (CERH-**  
89 **PR)** apontou que algumas unidades estaduais estariam pleiteando um evento dessa natureza. No  
90 momento seguinte, sugeriu que uma pessoa da SRH ficasse encarregada de fazer informes nas  
91 reuniões da CTAS sobre o Projeto Aquífero Guaraní, que está em sua fase final, para

92 esclarecimento sobre o assunto. O **Sr. Morrow Gaines Campbell III (ONG)** acenou que nos dias  
93 30 e 31 de maio haverá um evento da FBOMS. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** sugeriu  
94 enviar ao evento de Ribeirão uma representação da CTAS sem caráter de reunião. O **Sr. João**  
95 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** , devido a sobreposição da data prevista para o evento de  
96 Ribeirão com outros, sugeriu sua mudança de data. O **Sr. Sebastião Domingos (DNPM)** propôs  
97 que a data do evento fosse coincidente com a próxima data de reunião da CTAS, dias 26 e 27 de  
98 junho, que não possui previsão certa de local, mas nada foi votado nem decidido nesse sentido. Foi  
99 acordado recolher mais informações e enviá-las aos membros para um melhor posicionamento  
100 sobre a participação no evento. Não havendo mais informes, O **Sr. João Carlos Simanke de Souza**  
101 **(OTEP)** passou à pauta da reunião (Anexo 3) iniciando pelo ***Item 2 – Aprovação das Atas da 51ª,***  
102 ***52ª e 53ª reuniões da CTAS.*** As atas das reuniões 51 e 52 foram aprovadas com modificações e a  
103 ata da reunião 53 foi aprovada sem modificações. A seguir, iniciou-se o ***Item 3 – Apresentação:***  
104 ***Poluição do Carst no Estado do Paraná.*** O **Sr. Everton Luiz da Costa (CERH-PR)** fez a  
105 primeira apresentação (Anexo 4) sobre o Carst da Região Metropolitana de Curitiba contendo dados  
106 geológicos, de localização e de seus múltiplos usos ressaltando a importância do aquífero pela sua  
107 qualidade natural e pelo potencial de produção para o abastecimento para a região metropolitana de  
108 Curitiba. Foi discutida sobre a necessidade de maior monitoramento das vazões de exploração do  
109 aquífero por parte do poder público para adequação à demanda e a vazões ditas ecológicas.. A  
110 segunda exposição (Anexo 5), feita pelo **Sr. Rubens Sundin Pereira (CEDEA)**, versou sobre os  
111 conflitos envolvendo a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, que explora água  
112 retirada do referido aquífero, e a população, principalmente no município de Almirante Tamandaré  
113 - PR. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** e o **Sr. Sebastião Domingos (DNPM)**  
114 questionaram a atuação do órgão ambiental competente para licenciar obras de exploração do  
115 aquífero carst, que seria do IBAMA por ser uma estrutura espeleológica. O **Sr. Luiz Henrique**  
116 **Guimarães Batista (CERH-BA)** contestou se o órgão gestor não estaria tomando alguma atitude  
117 neste caso. O **Sr. Rubens Sundin Pereira (CEDEA)** disse que os estudos sobre o aquífero,  
118 necessários para sua exploração, não chegaram a ser feitos. O **Sr. Everton Luiz da Costa (CERH-**  
119 **PR)** esclareceu que o órgão gestor seria o responsável pelas informações de disponibilidade de  
120 água subterrânea. Enunciou que os efeitos geotécnicos da exploração do aquífero carst estão claros.  
121 Propôs desconcentrar as áreas de exploração, principalmente para fora da área urbana e também a  
122 atuação do órgão gestor na diminuição das vazões, além de promover o monitoramento dos poços  
123 para tomada de decisão evitando o aparecimento de dolinas. Sugeriu, ainda, a vinculação da  
124 renovação das outorgas à essas medidas. O **Sr. Morrow Gaines Campbell III (ONG)** convocou a  
125 CTAS para se posicionar sobre os problemas existentes na região do aquífero carst no Paraná. O **Sr.**  
126 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** citou o fato de que os instrumentos utilizados nas

127 Câmaras Técnicas, resolução e moção, não alcançariam os objetivos pretendidos pelo Sr. Rubens  
128 Sundin Pereira, sendo os instrumentos jurídicos os mais indicados. Falou que máximo possível seria  
129 fazer uma resolução visando meios técnicos específicos para tratar os aquíferos tipo carst e  
130 contendo restrições para seu uso. Relembrou a competência do município em legislar sobre uso do  
131 solo e a possibilidade, dessa forma, de controlar a perfuração de poços. O **Sr. Zoltan Romero**  
132 **Cavalcante Rodrigues (SRH-BA)** demonstrou sua preocupação com os vários atores responsáveis  
133 pela gestão de recursos hídricos na região que parece estarem omissos quanto aos problemas  
134 expostos. O **Sr. Everton Luiz da Costa (CERH-PR)** falou que os problemas existentes já  
135 diminuíram consideravelmente e reforçou a utilização da vazão ecológica. O **Sr. Rubens Sundin**  
136 **Pereira (CEDEA)** declarou que a SANEPAR estaria enquadrada nos artigos da lei de crimes  
137 ambientais, Lei nº9605/98. Denunciou, ademais, que a Empresa não daria as devidas satisfações à  
138 população utilizadora de seus serviços e que sofrem prejuízos pela formação de dolinas próximas a  
139 suas casas e construções. Disse também que a Empresa já está respondendo na justiça. A **Sra.**  
140 **Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA-PR)** agradeceu a oportunidade de estar participando da  
141 reunião e expôs que o problema do referido aquífero carst foi apresentado ao CNRH, ao governador  
142 do Estado do Paraná, em programas de televisão e ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do  
143 Paraná – CERH/PR - para criação de uma Câmara Técnica sobre o assunto. Atentou a possibilidade  
144 de se reverter o dinheiro da multa aplicada à SANEPAR para a preservação dos campos de altitude  
145 na região. Se opôs à construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto na Bacia do Rio Ribeira devido a  
146 instabilidade geológica desse local. Perguntou qual seria o impacto da pressão imposta por um  
147 reservatório sobre o carst e se isso não poderia causar a destruição de parte das cavernas presentes  
148 no carst, inclusive com a possibilidade de atingir “A Caverna do Diabo”, importante ponto turístico  
149 da região. Alertou, também, para a contaminação com chumbo que ocorre no Rio Ribeira e pediu o  
150 apoio de todos para proteção desses locais. O **Sr. Simanke de Souza (OTEP)** passou ao *Item 4 –*  
151 *Andamento dos trabalhos do GT da CTCQA do CONAMA*. A **Sra. Dorothy Casarini (CERH-**  
152 **SP)**, coordenadora do GT, fez uma apresentação (Anexo 5) contendo: os encaminhamentos e a  
153 forma de atuação do CONAMA; considerações sobre a Política Nacional de Meio Ambiente; a  
154 proposta de resolução para a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas  
155 subterrâneas e as competências e interfaces do CONAMA e do CNRH neste tema. Sugeriu que a  
156 resolução de Proteção e Conservação de Águas Subterrâneas que está sendo discutida na CTAS  
157 fosse também apresentada. O **Sr. Simanke de Souza (OTEP)** aceitou projetá-la num segundo  
158 momento. Após a apresentação surgiu a dúvida sobre em qual classe a água mineral estaria e a **Sra.**  
159 **Dorothy Casarini (CERH-SP)** explicou que a classificação como “água mineral” estaria prevista  
160 uma segunda etapal. O **Sr. Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM-MME)** questionou se a  
161 deposição de lodos no solo um fator contaminante das águas subterrâneas. A **Sra. Dorothy**

162 **Casarini (CERH-SP)** esclareceu que esse método já está consagrado, dependendo do devido  
163 licenciamento, com todos os cuidados e rigores da lei. Destacou a necessidade de monitoramento do  
164 despejo de lodos no solo para verificar seu nível de saturação e que este método é uma forma de  
165 enriquecer a qualidade dos solos. Explicou o art. 29 da proposta de resolução, dizendo que a água  
166 subterrânea seria classificada como especial quando em interação com águas superficiais  
167 enquadradas como especiais. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** colocou que na região do  
168 semi-árido se utiliza água com valores de cloretos superiores aos utilizados para definir a  
169 potabilidade. A **Sra. Gisela de Aragão Umbuzeiro (ABEMA-CETESB)** opinou que, por força de  
170 lei, deveria ser utilizada a portaria do Ministério da Saúde para potabilidade de água e que muitas  
171 vezes não se leva em consideração as peculiaridades locais nesse documento, e que não seria  
172 possível modificar esses índices com a Resolução CONAMA. Questionou qual seria o melhor  
173 enquadramento a ser estipulado para uma água com teores naturalmente superiores de cloretos para  
174 sua máxima proteção, se esse fosse o caso. O **Sr. Waldir Duarte (CERH-PE)**, **Sr. Simanke de**  
175 **Souza (OTEP)**, **Sra. Dorothy Casarini (CERH-SP)** e **Sra. Cleidemar Batista Valério**  
176 **(CONAMA-MMA)** discutiram sobre a melhor forma de definir “aquífero” e “corpo hídrico  
177 subterrâneo” e concluiu-se que as definições da Resolução CNRH nº 15 do já contemplam os  
178 conceitos desses termos e que a melhor forma de fortalecer o Sistema seria utilizar as definições já  
179 consagradas em resoluções. Em consequência da discussão sobre o assunto, a **Sra. Cleidemar**  
180 **Batista Valério (CONAMA-MMA)** sugeriu que fosse feita uma reunião entre as Câmaras  
181 Técnicas do CONAMA e do CNRH para dirimir as divergências. Em seguida, O **Sr. João Carlos**  
182 **Simanke de Souza (OTEP)** apresentou e fez a leitura da minuta de resolução sobre proteção e  
183 conservação de águas subterrâneas, em análise na CTAS (Anexo 6). Depois, convocou a todos os  
184 presentes a comparecer na reunião do dia seguinte para discussão dos itens constantes na proposta  
185 de Resolução de proteção e conservação de águas subterrâneas. Analisou que a Resolução  
186 CONAMA seria um produto a ser considerado nas discussões para aprovação da Resolução CNRH  
187 observando-se as interações possíveis. Encerrou os trabalhos do dia 24 às 17h, agradeceu a presença  
188 dos membros do GT CONAMA e dos demais . No dia seguinte, 25 de abril, às 9h e 23min., o **Sr.**  
189 **João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** deu bom dia a todos e pediu uma apresentação dos  
190 participantes. O **Sr. Wilson Bonança (irrigantes)** se manifestou favorável a continuarem as  
191 discussões sobre o *Item 4 – Andamento dos trabalhos do GT da CTCQA do CONAMA*, apontando  
192 que ficou patente um conflito institucional de competências e indicando a necessidade de  
193 observação do calendário do GT CONAMA com as atividades desta Câmara. A **Sra. Cláudia Lima**  
194 **(MMA-SRH)** reforçou a idéia de trabalhar em conjunto com o GT CONAMA. O **Sr. João Carlos**  
195 **Simanke de Souza (OTEP)** ressaltou o histórico das resoluções CONAMA sobre águas e as  
196 resoluções CNRH sobre o mesmo tema e a importância de levá-las em consideração na elaboração

197 de novas resoluções com a finalidade de manter a devida coerência. A **Sra. Cláudia Lima (MMA-**  
198 **SRH)** lembrou a forma de trabalho dos GTs, deixando as várias versões de artigos para a Câmara  
199 Técnica decidir qual a melhor. Falou também sobre a idéia de uma comissão instituída pelo MMA  
200 para integração entre CONAMA e CNRH. O **Sr. Osmar José Gualdi (Comitês), Sr. Cesar**  
201 **Augusto P. Grandchamp (Indústrias) e Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
202 concordaram com um possível conflito de competência. Em sequência, o Presidente da CTAS  
203 iniciou o *Item 5 – Apresentação sobre a atuação do MI relacionada às águas subterrâneas*  
204 (Anexo 6). O **Sr. Rogério Menescal (ANA/MI)** exibiu as ações do Ministério da Integração  
205 Nacional para a implantação de sistemas simplificados de abastecimento por meio da exploração de  
206 mananciais subterrâneos. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** agradeceu a  
207 apresentação e convidou o MI a estar presente nas reuniões da CTAS. O **Sr. Waldir Duarte Costa**  
208 **(CERH-PE)** elogiou o trabalho do MI e comentou que, normalmente, os poços são utilizados para  
209 abastecimento e dessedentação de animais, porém a irrigação voltada para a agricultura familiar não  
210 estaria sendo contemplada. Eludiu que uma solução possível seria a construção de barragens  
211 subterrâneas. O **Sr. Rogério Menescal (ANA/MI)** respondeu que o MI está aberto a receber  
212 projetos para recepcionar essa alternativa. O **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)** e o **Sr. Zoltan**  
213 **Romero Cavalcante Rodrigues (SRH-BA)** se preocuparam com a situação das barragens já  
214 existentes. Foi dito que as seguintes etapas de ação deveriam ser consideradas: situação das  
215 barragens já construídas, estudos locais para construção de novas barragens e, no momento  
216 seguinte, edificá-las. Sem mais a ser comentado O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
217 seguiu ao *Item 6 – Continuidade das discussões sobre a proposta de Resolução de Diretrizes para*  
218 *Proteção e Conservação das Águas Subterrâneas* e concedeu a palavra ao **Sr. Wilson de Azevedo**  
219 **Filho (Turismo e Lazer)** que acusou a grande quantidade de apresentações estar tomando muito  
220 tempo e as discussões sobre a resolução estarem sendo prejudicadas por este fato. O **Sr. João**  
221 **Carlos Simanke de Souza (OTEP)** disse que elas são solicitadas por demanda da própria Câmara  
222 Técnica. Comentou que gostaria que se produzisse mais dentro da vigência desse mandato na  
223 CTAS, principalmente devido a capacidade e qualidade dos membros participantes desse fórum.  
224 Em seguida, relatou o estado atual da resolução e demonstrou a metodologia de trabalho. As  
225 deliberações se iniciaram pelo artigo 4º e, sequencialmente, seus parágrafos. Os membros da  
226 CTAS fizeram considerações sobre a correção gramatical do artigo, debateram a definição de  
227 “proteção de área de recarga” e o que esta engloba, compararam os termos presentes das Resoluções  
228 CNRH nº15 e nº22 com os utilizados para validar as referências a estas, debateram a necessidade de  
229 especificar os planos como “estaduais”, a supressão de partes do texto para a leitura ficar mais  
230 coerente e inteligível, a inclusão de “Comitê de Bacia” - quando este existir – no corpo do texto,  
231 incluir “recursos hídricos” após “órgão gestor”. Atentaram para que a idéia do artigo seria a

232 proteção da zona de recarga do aquífero e aprovaram o art. 4º com alterações. Seguiu-se ao artigo  
233 5º e seu parágrafo único. Incitou-se a inclusão do Comitê de Bacia e do CERH no texto, a  
234 referência ao Governo Estadual quando presente o termo “órgão gestor” e colocar “de recursos  
235 hídricos” referente a este para manter a coerência com os outros artigos, ser redundante a presença  
236 de “justificativa técnica” e que esta restringe a influência política na gestão das águas subterrâneas,  
237 permutar “especialmente” por “prioritariamente”, substituir os vários itens do caput referentes aos  
238 usos das águas subterrâneas por “usos múltiplos”, mas que estes itens são prioritários, e quem seria  
239 o responsável por fazer e financiar os estudos para exploração do aquífero. Observou-se que a  
240 Agência de Bacia, quando houver, é a responsável por manter informações sobre a disponibilidade  
241 de água, inclusive subterrânea, na sua área de abrangência. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho**  
242 **(Turismo e Lazer)** sugeriu a proposição de uma moção para alertar os estados para as suas  
243 políticas de recursos hídricos devido as mudanças que estão ocorrendo nas secretarias estaduais,  
244 entendidas como um retrocesso na gestão das águas. A inclusão de “de recursos hídricos” após  
245 “órgão gestor” seria uma forma de reforçar este alerta. O art. 5º foi então aprovado com alterações.  
246 Passou-se, então, ao artigo 6º, proposto pelo **Sr. Waldir Duarte Costa (CERH-PE)**. Foi colocada  
247 a importância de especificar as ações e estudos para serem feitas as explorações de poços. Reiterou-  
248 se de quem seria a responsabilidade pelos estudos, foi retirada a expressão “em exploração” para os  
249 estudos abrangerem todos os aquíferos, a possibilidade de outorga apenas com a existência dos  
250 referidos estudos. Durante as discussões, foi colocada a preocupação de que o artigo coloque os  
251 órgãos gestores em uma situação contrária a lei e que, por esse motivo, a Resolução não teria a  
252 eficácia desejada. Terminadas as considerações o art. 6º foi grafado em vermelho para aprovação na  
253 próxima reunião. O formato atualizado da Resolução está anexado a esta ata, no sítio (Anexo 7) .  
254 Iniciou-se, então, o *Item 7 – Assuntos gerais* e o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**  
255 abriu a palavra aos presentes. O **Sr. Morrow Gaines Campbell III (ONG)** atuou como porta voz  
256 para apresentação de uma minuta de moção sobre os problemas do aquífero carst do estado  
257 paranaense (Anexo 8). Fez a leitura do conteúdo da moção e a entregou ao presidente para seguir na  
258 pauta da próxima reunião da Câmara. O **Sr. Wilson de Azevedo Filho (Turismo e Lazer)** propôs a  
259 inclusão da composição atual do CNRH e das Câmaras Técnicas nos livros de Conjuntos de  
260 Normas Legais – Recursos Hídricos para reforçar a legitimidade da publicação. O **Sr. João Carlos**  
261 **Simanke de Souza (OTEP)** decidiu por enviar um ofício para o Secretário de Recursos Hídricos  
262 pedindo a inserção dos nomes no respectivo material. Passou a palavra ao João Bosco Senra e o  
263 alertou sobre as datas comemorativas próximas ao dia do evento sobre o Aquífero Guaraní. O **Sr.**  
264 **João Bosco Senra (MMA-SRH)** fez o convite para o evento que ocorrerá em Ribeirão Preto, por  
265 ser sede do projeto piloto, no dia 31 de maio de 2007, que tem como objetivo o lançamento de  
266 produtos versando sobre o Aquífero Guaraní e a abertura da Semana do Meio Ambiente com a

267 presença da ministra Marina Silva. Reforçou que o evento está articulado com a CTAS e a presença  
268 da Câmara fortalece o debate sobre águas subterrâneas. O evento inauguraria um espaço  
269 relacionado à educação ambiental na questão de águas e um Centro de referência sobre o Aquífero  
270 Guaraní. O **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)** indicou que não haveria problema em  
271 fazer uma reunião no dia 31, com a pauta voltada para o cronograma do evento e compatível com a  
272 agenda da Ministra. Decidiu-se por fazer uma homenagem ao geólogo Osmar Cineli em respeito ao  
273 dia do geólogo, com a entrega de uma placa comemorativa. O **Sr. João Bosco Senra (MMA-SRH)**  
274 comentou sobre as mudanças que estão ocorrendo no Ministério do Meio Ambiente – MMA. Em  
275 relação a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, disse que haverá uma ampliação da sua  
276 competência com a inclusão do programa de revitalização de bacias e de uma diretoria de ambiente  
277 urbano. Apontou que a inclusão do programa de revitalização é uma reivindicação antiga e que o  
278 orçamento do programa seria mais que o dobro de todo o orçamento da SRH. O **Sr. João Carlos**  
279 **Simanke de Souza (OTEP)** e o **Sr. Everton Luiz da Costa (CERH-PR)** elogiaram a gestão do Sr.  
280 João Bosco Senra como Secretário de Recursos Hídricos. **Item 8 – Encerramento.** Nada mais  
281 havendo a tratar, o **Sr. João Carlos Simanke de Souza (OTEP)**, Presidente da CTAS, agradeceu a  
282 presença de todos e deu por encerrada a 54ª reunião às 17h, de onde se extraiu esta ata que após ser  
283 lida e aprovada pelos membros participantes da próxima reunião da CTAS será assinada pelo  
284 Presidente e pelo Relator da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

285  
286 **ATA APROVADA NA 55ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2007.**  
287

288  
289  
290 **JOÃO CARLOS SIMANKE DE SOUZA**  
291 **Presidente da CTAS**  
292

293  
294  
295 **DANIEL MARTINELLI DUARTE**  
296 **Relator**